

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO



**SANTA CASA
da Misericórdia**

VILA VELHA DE RÓDÃO

2024

DOCUMENTO REVISTO



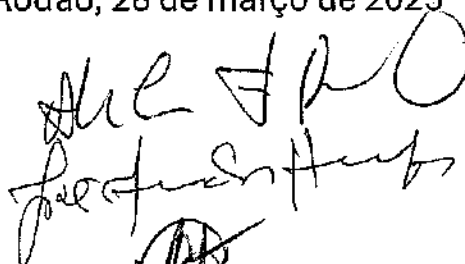
SANTA CASA
da Misericórdia

VILA VELHA DE RODÃO

ESCLARECIMENTO

Foram efetuadas algumas alterações no documento anteriormente publicado que correspondem a lapsos e supressão de omissões, as quais não impactam na informação constante no relatório de atividades e nas demonstrações financeiras.

Vila Velha de Ródão, 28 de março de 2025


Presidente


Vice-Presidente


Secretário

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Rua de Santana, 654

6030-230 Vila Velha de Ródão

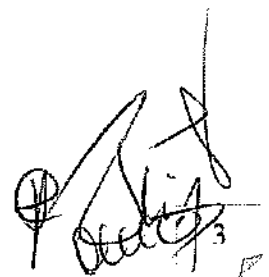
Denominação Social: Santa Casa da Misericórdia
de Vila Velha de Ródão

Sede: Rua de Santana, 654
Vila Velha de Ródão
6030-230 Vila Velha de Ródão

Contribuinte: 501 656 227

Constituição: 4 de agosto de 1930

Atividade Principal: Apoio a pessoas idosas com Alojamento

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "F. 1000" and "3" at the bottom. The signature is stylized and appears to be "F. 1000".

ÓRGÃOS SOCIAIS ELEITOS – QUADRIÉNIO 2023/ 2026

Mesa Administrativa

Provedora – Maria Adelina Pina Gonçalves Ferreira Pinto

Vice-Provedor – José Mendes Henriques

Tesoureiro – Abel Manuel Cardoso Correia Mateus

Vogal – Olga Maria Cardoso Pires Fernandes

Vogal – António Belo Fernandes

Suplente – José António Pires Figueiredo

Suplente – José Fernandes Mendonça António

Suplente – João Mendes

Assembleia Geral

Presidente- Jorge Alberto Martins Gouveia

Vice-presidente – Leonel Figueiredo Lopes Mota

Secretária – Maria Luísa Carreiro Filipe

Conselho Fiscal

Presidente – Fernanda Maria Ferreira da Silva Neves

Vice-presidente – Paulo Belo Martins

Vogal – Marla José Sobreira Mendonça

Suplente – Mário Gualter Pereira Pinto Cardoso

Suplente – Margarida Marques Antero Sequeira

Suplente – Ana Paula Marques Pequito Ribeiro

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA DE 2024

(Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024)

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias a Mesa Administrativa submete à apreciação da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão o Relatório de Atividades e Contas do Exercício relativos à Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

1. INTRODUÇÃO

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO foi constituída em 4 de agosto de 1930.

Para além da sua vertente religiosa constitui-se como uma Instituição particular de solidariedade social que tem por objetivo as seguintes atividades:

- a) Assistência à infância, cooperando com as famílias na educação física, intelectual, espiritual e moral dos seus filhos (Creche e Componente de Apoio à Família);
- b) Apoio à terceira idade, através de alojamento, alimentação, ocupação, convívio, assistência médica e enfermagem (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário);
- c) Assistência à população dela necessitada, em colaboração com os centros de saúde e outras instituições (Cantina Social);
- e) Apoio à população, através de programas de promoção de emprego, apoio a carenciados e outros programas sociais (Fundo Emergência Alimentar a Carenciados), bem como do desenvolvimento de projetos inovadores para a promoção do envelhecimento ativo e autonomia dos seniores.

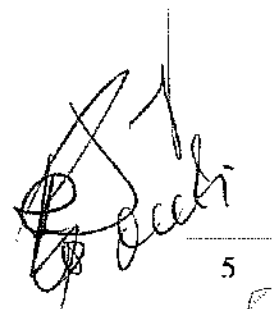
No decurso do ano de 2024 o número médio de utentes nas respostas sociais foi o seguinte:

0.1 CRECHE

- 46 Crianças

0.2 CAF – Componente de Apoio à Família

- Transporte de crianças – 5 crianças



5

0.3 CENTRO DE DIA

- 5 Idosos, em Vila Velha de Ródão

0.4 ERPI - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

- 64 Idosos, no Lar I
- 30 Idosos, no Lar II
- 20 Idosos, na Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso (Lar III)

0.5 CANTINA SOCIAL

- 3 Beneficiários

0.6 APOIO DOMICILIÁRIO

- 26 Idosos

2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão é uma associação pública de fiéis que orienta a sua missão para a promoção de respostas e iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins e às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e proteção de grupos sociais mais vulneráveis, desde a Infância à Velhice, realizando ainda atos de culto católico.

Para atender à sua missão, a SCMVVR tem vindo a desenvolver e a melhorar várias respostas sociais que contribuem para o bem-estar físico e social dos clientes e satisfaçam as suas necessidades.

A Visão da SCMVVR assenta na superação das necessidades da comunidade residente no concelho de Vila Velha de Ródão, desenvolvendo serviços de qualidade e de carácter inovador, sendo uma IPSS de referência.

A SCMVVR tem vindo ainda a concorrer a projetos que têm como principal objetivo beneficiar a comunidade em geral.

Os valores definidos pela SCMVVR assentam em 6 variáveis sendo que a Instituição desenvolve a sua atividade direcionada para as mesmas:

Solidariedade – Apoio a indivíduos dependentes e/ ou isolados, com falta de condições na sua residência ou comprovada ausência de apoio familiar.

Qualidade – Promoção da melhoria constante dos serviços prestados, cumprindo todos os padrões de qualidade.

Inovação – Introdução constante de novas ferramentas e métodos de trabalho que visam um serviço de excelência.

Igualdade – Tratamento de igualdade, fraternidade e respeito pela individualidade de cada um e privacidade na intimidade.

Espiritualidade - Assistência religiosa de acordo com as práticas do culto católico, respeitando outras crenças religiosas.

Inclusão social – Promoção da integração social na comunidade através do relacionamento entre familiares, amigos, colaboradores da Instituição, de acordo com os seus interesses.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão tem ainda como principal objetivo a promoção do respeito pelos direitos dos clientes e demais interessados, assegurando a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento dos serviços prestados, a manutenção dos equipamentos sociais, bem como a promoção da participação ativa dos clientes, famílias, voluntários e restante comunidade nas atividades sociais e culturais promovidas pelos serviços e assistência religiosa, de acordo com as práticas da Igreja Católica.

3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

O presente relatório consubstancia as atividades desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia durante o ano 2024. A nível Internacional, o ano ficou marcado pelos conflitos internacionais que se refletem principalmente a nível económico. Salientamos uma pequena retoma económica motivada pelo abrandamento da inflação e pelas soluções energéticas entretanto encontradas.

No contexto nacional, a inflação atingiu os 2,42% apresentando-se com uma redução consubstancial em relação ao ano 2023 (4,31%), o que permitiu alguma recuperação. Este indicador tem um impacto avassalador na economia do Terceiro Setor nomeadamente nos preços dos bens alimentares e da energia. No entanto, o ajustamento nas cadeias de abastecimento e as alternativas encontradas para o mercado energético do gás e petróleo permitiram alguma estabilização.

A handwritten signature in black ink is written over a rectangular stamp. The stamp contains the number '7' in the center, with the letters 'F' and 'E' at the bottom corners. The signature is stylized and appears to be 'A. Almeida'.

Relativamente à situação que atualmente estamos a viver, verifica-se, realmente, um impacto muito grande na sustentabilidade das organizações ou mesmo nos custos de gestão das organizações e a realidade de que se vai tendo conhecimento, é que existem muitas instituições a passar dificuldades para manter o seu normal funcionamento, não só por aquilo que têm sido os aumentos dos custos com o gás, a eletricidade ou o combustível, como também ao nível do fornecimento de refeições e que no fundo, acabam por ser as matérias primas com que as instituições trabalham todos os dias.

Por outro lado, e embora esta seja uma necessidade, porque um dos grandes desafios do setor tem sido a contratação de pessoas para garantir a resposta às necessidades que existem. O setor social e solidário, sobretudo a área do envelhecimento, é um setor para o qual é difícil conseguir capitalizar pessoas para trabalhar. A verdade é que a nossa Instituição, à semelhança de muitas outras, está constantemente em processos de recrutamento porque não é um setor atrativo. O salário não é o mais desejado e depois falamos, sobretudo, de um setor difícil porque não só em termos de carga de trabalho, mas inclusivamente a nível psicológico, porque falamos em situações difíceis de gerir e de lidar todos os dias.

Apesar dos baixos salários da maioria dos seus profissionais, a Santa Casa é particularmente sensível ao aumento dos gastos com pessoal, uma vez que a sua atividade está sujeita ao cumprimento de rácios. Esta é uma das rubricas mais significativas de despesa, com um contributo relevante para o resultado líquido negativo de 2024, uma vez que ascendeu a 64,89% do total dos gastos operacionais, num aumento de 232.919,39€ (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e dezanove euros e trinta e nove cêntimos). Face ao ano de 2023, verifica-se um aumento da despesa com o pessoal de 110.845,57€ (cento e dez mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos), o que representa uma variação de 6,95%.

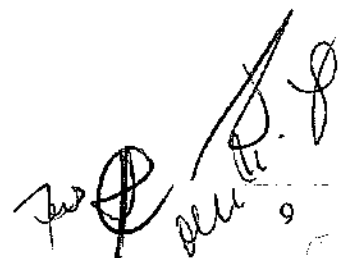
Em abril de 2024, por recomendação do Conselho Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, procedeu-se à atualização dos vencimentos dos trabalhadores, de acordo com os montantes (mínimos) de uma proposta de tabela salarial entregue às estruturas sindicais representativas dos trabalhadores das Misericórdias, visando a continuação do processo negocial da revisão dos contratos coletivos de trabalho, publicados em 2023.

tendência do ano anterior, de uma elevada taxa de rotatividade dos trabalhadores e a contínua necessidade de contratação. Continuamos a verificar o aumento do número de trabalhadores imigrantes, acentuando-se a procura de emprego por pessoas não residentes no concelho, que julgamos estar associada ao défice de oferta do mercado de arrendamento local. Essa circunstância, aliada aos escassos meios de transporte, dificulta uma maior estabilidade do quadro de pessoal. Em 31 de dezembro de 2024, a instituição tinha ao serviço trabalhadores de 8 nacionalidades (Portugal, França, Brasil, Angola, Venezuela, Colômbia, São Tomé e Príncipe e Ucrânia), que representavam uma taxa de 34% face ao total de trabalhadores.

Durante o ano foram publicados:

- ✓ o Contrato Coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas – UMP e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses – SEP e outros – Alteração salarial e outra, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 45, de 08 de dezembro de 2024. Esta convenção resulta da revisão do contrato coletivo de trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 24, de 29 de junho de 2023 e abrange também os trabalhadores filiados nalguns dos sindicatos filiados na Federação Nacional de Professores – FENPROF e na Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS;
- ✓ o Contrato Coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas – UMP e a FNE – Federação Nacional da Educação e outros – Alteração salarial, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 41, de 08 de novembro de 2024. O referido acordo altera o contrato coletivo de trabalho publicado no Boletim de Trabalho e Emprego, n.º 14, de 15 de abril de 2023.

Para além do aumento dos custos com o pessoal, outras componentes do custo do serviço prestado mantiveram-se em valores elevados de onde se destaca o fornecimento de refeições aos utentes (contratado à empresa Serunion), que sofreu um aumento de 24.729,76€ (vinte e quatro mil, setecentos e vinte e nove euros e setenta e seis cêntimos), o que representa um acréscimo de 7,66% face ao ano anterior. Refira-se que em sentido oposto estiveram os gastos com a aquisição de Energia e Fluidos, com uma redução de 45.706,03€, com um decréscimo de 30,81%.



Handwritten signature and date: 9/12/24

Este cenário de aumento dos gastos, que resulta numa grande preocupação para a sustentabilidade da Santa Casa, decorre, sobretudo, por aquilo que é o próprio modelo e o financiamento do setor social e solidário, ou seja, as instituições são financiadas por aquilo que é o custo com o utente e aquilo que verificamos é que hoje em dia, aquilo que são as comparticipações da Segurança Social não são suficientes para cobrir os custos com os utentes, apesar do compromisso assumido pelo Governo de aproximação dos 50%, mas que mesmo a esse nível não se verifica. Quando, à partida, as instituições são financiadas por aquilo que é o seu rácio de utentes e que depois há um rácio a respeitar entre utentes e técnicos, obviamente que se não há um acompanhamento efetivo destes aumentos, tornando-se quase impossível conseguir custear os salários com as equipas.

Face ao atual cenário, as opções da Mesa Administrativa continuam a ser a redução de despesa pela aposta na renegociação de contratos, na pesquisa de mercado para encontrar novos fornecedores, na criação de mecanismos internos de controlo, pelo mecenato social e na apresentação de candidaturas a programas de financiamento público e privado, bem como da contínua aquisição de equipamentos e viaturas mais eficientes.

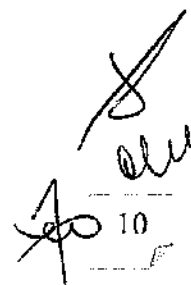
Importa realçar que o peso das mensalidades no total de rendimentos decresceu 5,4%, aumentando o peso das comparticipações da Segurança Social no total de rendimentos, fixando-se em 2024 nos 40,41% (37,23%, em 2023).

Por último, destaca-se o impacto que a reavaliação dos edifícios onde a Santa Casa desenvolve a sua atividade teve no resultado líquido do exercício, passando de um resultado positivo antes das depreciações e de amortizações para um resultado negativo de (-121.837,41€).

No primeiro ano de mandato dos Órgãos Sociais, eleitos para o quadriénio de 2023-2026, realizaram-se até final de 2024, 60 reuniões, avaliando sistematicamente a situação económico-financeira.

As parcerias continuam a representar para a Santa Casa uma ajuda preciosa ao nível da partilha e rentabilização de recursos.

De seguida, evidenciam-se as atividades e investimentos mais relevantes no ano de 2024, submetendo o presente relatório à apreciação e votação da Assembleia Geral, dando cumprimento à alínea c), n.º1 do Art.º 21.º do Compromisso.

Handwritten signature and a circular stamp with the number 10 inside.

De seguida, evidenciam-se as atividades e investimentos mais relevantes no ano de 2024, submetendo o presente relatório à apreciação e votação da Assembleia Geral, dando cumprimento à alínea c), n.º1 do Art.º 21.º do Compromisso.

4. INVESTIMENTOS EM CURSO

- Criação de uma sala de *Snoezelen*, incluindo: a insonorização, a instalação de pavimento e respetivo apetrechamento com móveis e diversos equipamentos e jogos destinados à estimulação sensorial dos utentes das diversas respostas sociais.

5. ALIENAÇÕES

Regista-se a venda do prédio rústico, sito em Fontainhas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Velha de Ródão com o número 3.596 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 41, secção "BT" da freguesia e concelho de Vila Velha de Ródão, pelo valor de 500,00€ (quinhentos euros).

A Mesa Administrativa reconheceu o interesse na venda, uma vez que o prédio não se destinava ao desenvolvimento da atividade da instituição, havendo a necessidade da realização de investimentos com a conservação e manutenção dos muros de suporte, construídos em pedra seca que se encontram em risco de desabamento, numa das suas secções, o que tem originado problemas com a alagamento dos terrenos limítrofes, face ao entupimento de um antigo aqueduto, que se encontra enterrado num dos socacos da propriedade.

O prédio foi vendido pelo valor de 500,00€ (quinhentos euros) ao Sr. João Pires Agostinho, natural da freguesia e concelho de Vila Velha de Ródão, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Maria Alice Esteves Filipe, residente em Mem Martins, Sintra.

A handwritten signature in black ink is written over a rectangular stamp. The signature appears to be 'J. Pires Agostinho'. The stamp contains some illegible text and a date that looks like '2024'.

6. EQUIPAMENTO BÁSICO, ADMINISTRATIVO E OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

À semelhança dos anos anteriores, foram efetuados diversos investimentos nas diferentes respostas sociais, que constituem a área de atuação da Santa Casa. Estes investimentos foram efetuados face à importância que representam na melhoria das condições de trabalho e de segurança dos edifícios, foram concretizados através do recurso a receitas próprias, da atribuição de subsídios, bem como ao desenvolvimento de parcerias e donativos, sendo os mais relevantes os seguintes:

AQUISIÇÃO DE:

- Máquina lavar loiça semi-industrial para a copa da Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso;
- Instalação de Central Fotovoltaica, no logradouro na ERPI “Ernestina Ferreira Pinto” (Lar 1);
- Aquisição de portas corta-fogo para a ERPI “Lar 2” e Serviços Administrativos;
- Instalação de uma cobertura em chapa no armazém, junto à Casa de Velaturas;
- Aquisição de sofás para a sala de *Snoezelen*.

MANUTENÇÃO/ REQUALIFICAÇÃO DE:

- Grande reparação da Câmara de Conservação (frutícolas e hortícolas);
- Requalificação dos quadros elétricos da ala antiga do Lar I, Creche e Armazém.

7. COOPERAÇÃO

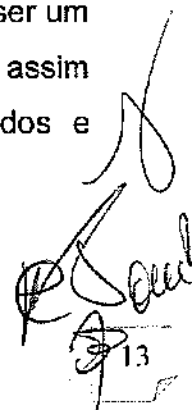
- Acordos com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão na área da infância;
- Colaboração com o Centro Desportivo Recreativo e Cultural e da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, através da utilização dos serviços de lavandaria;
- Acordo com a Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Castelo Branco, para a realização de estágios curriculares de Animação e Gerontologia;

- Protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar;
- Protocolo de formação celebrado com a AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;
- Participação de elementos da Misericórdia em reuniões da Comissão Local de Ação Social, do Conselho Municipal de Educação, assembleia geral do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, Agrupamento de Escolas, Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Comissão de Promoção e Proteção de Idosos, Secretariado Regional da UMP;
- Participação no Núcleo Distrital da Rede Anti-pobreza (REAPN);
- Protocolo de cooperação para o setor social estabelecido com a Bioteck, SA (CELTEJO);
- Protocolo com a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD), do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), para a realização de estágios curriculares, trabalhos académicos e projetos de investigação de todos os cursos ministrados no IPCB/ ESALD;
- Protocolo com a Escola Superior de Tecnologia (EST), do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), no âmbito do projeto *"Mente D'Agente"*.

8. RECURSOS HUMANOS - FORMAÇÃO

A mudança nas organizações pode ocorrer por várias razões. Indubitavelmente, uma das mais influentes é a formação das pessoas.

Ao possuírem mais competências e conhecimentos, as pessoas passam a ser um meio e um motor de introdução desses conhecimentos na organização, provocando assim a mudança em sistemas, processos e, claro está, na prestação dos cuidados e desempenho das respostas sociais.



Handwritten signature and stamp. The stamp includes the number 13.

É com imensa satisfação, que se regista a trajetória ascendente de importância e os contínuos benefícios que a formação tem conferido à Santa Casa. É inegável que investir na capacitação de toda a equipa é o caminho para a excelência nos serviços prestados à comunidade. Dessa forma, regista-se, em 2024, a participação de trabalhadores nas seguintes ações de formação:

- «Funcionamento Geral de Prestação de Serviços Diretos aos Utentes», com a duração de 4 horas, abrangendo 50 formandos;
- «Organização dos Tempos de Trabalho», com a duração de 8 horas, abrangendo 2 formandos;
- «*Shoezelen* – Estimulação Sensorial», com a duração total de 12 horas, abrangendo 3 formandos;
- «Segurança Contra Incêndios», com a duração de 1 hora, abrangendo 15 formandos;
- «Percurso sobre Proteção de Dados e Segurança de Informação e Boas Práticas», com a duração total de 100 horas, abrangendo 30 formandos;
- «Ética e Deontologia Profissional», com a duração de 12 horas, abrangendo 15 formandos;
- «O papel da Diretora Técnica como Gestora e Leader de Organização», com a duração total de 12 horas, abrangendo 1 formando;
- «Alzheimer Portugal: para uma Prestação de Cuidados sem contenção, Cuidados sem contenções, Respeitar do Direitos e Autonomia, O que é Combater a Solidão não desejada e Solidão e Demência - como se relaciona», com a duração de 4 horas, abrangendo 1 formando;
- «Plataforma *Demwell* – a aplicação móvel que transforma a Cultura Organizacional», com a duração de 16 horas, abrangendo 10 formandos;
- «Primeiros Socorros», com a duração total de 2 horas, abrangendo 7 formandos;

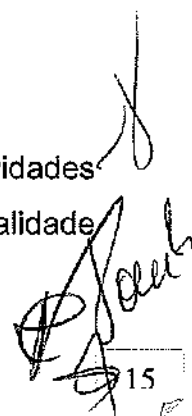
- «Formação em Contexto Laboral», com a duração total de 40 horas, abrangendo 24 formandos;
- «Procedimentos nas Frequências Mensais de Utentes em IPSS», com a duração de 6 horas, abrangendo 2 formandos;
- «Saúde Mental na 3.ª Idade», com a duração de 25 horas, abrangendo 16 formandos;
- «Projeto Sol D'Oiro – Sensibilização para a Eficiência Energética», com a duração total de 45 minutos, abrangendo 103 formandos;
- «Prevenção: Movimentação Manual de Cargas», com a duração total de 24 horas, abrangendo 24 colaboradores;
- «Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC profissional) para Agente em Geriatria», com a duração de total de 500 horas, abrangendo 9 formandos (por concluir).

A realização das ações de formação esteve a cargo de diversas entidades com quem a Santa Casa possui parcerias ou contratos de prestação de serviços, designadamente: Instituto do Emprego e Formação Profissional IP, C4G – Consulting and Training Network Lda, ADES - Associação Empresarial do Sabugal, Alarmes 24 Lda, ZenSenses - Terapia pelos Sentidos, EAPN – Rede Europeia Anti-pobreza e a Interprev.

Contando com a colaboração dos técnicos da Instituição, nomeadamente, das Diretoras Técnicas e da equipa de Saúde, abordaram-se diversos temas relacionados com a prestação de cuidados geriátricos em contexto de trabalho, reforçando a premissa de que a atenção centrada na pessoa é a base para uma assistência verdadeiramente significativa. Por último, a equipa da animação, deu um importante contributo nas ações de formação relacionadas com a promoção da eficiência energética, no que se refere à implementação do Plano Interno de Eficiência Energética.

9. ATIVIDADES OCUPACIONAIS

Ao longo do ano 2024, a Santa Casa colocou em prática um conjunto de atividades de animação sociocultural, lúdicas, recreativas e religiosas para a melhoria da qualidade



Handwritten signature and a rectangular stamp containing the number 15.

de vida dos seus utentes. Para isso, foram delineados um conjunto de objetivos e metas a cumprir mensalmente.

Correspondendo às expetativas iniciais, os objetivos traçados foram atingidos ao longo do ano.

Pode-se constatar a significativa participação das famílias das crianças da Creche nas atividades desenvolvidas, bem como dos seniores, um envolvimento na dinâmica da Instituição, demonstrando um papel mais ativo no seu quotidiano.

Infância

- Cantar as janeiras, com a participação do Agrupamento de Escolas;
- Passeios ao exterior (jardim, biblioteca e parque das feiras);
- Comemoração dos Santos Populares;
- Desfile de Carnaval;
- Realização de atividades de motricidade e de música, com a colaboração da psicomotricista da Instituição e em colaboração com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;
- Celebração de dias temáticos (São Martinho, Dia do Pão por Deus, Dia da Criança, Dia Nacional do Pijama, Dia do Idoso, a, por entre outros);
- Participação no desfile de Carnaval;
- Realização de um lanche de Natal e de intercâmbio com o Jardim de Infância;
- Festa de Encerramento do Ano Letivo.

Terceira Idade

Atividades Culturais

- Atuação do Coro Misto da Beira Interior.

Atividades Sociais

- Comemoração do Dia de Reis (cantar as janeiras, em colaboração com a Tuna da Academia Sénior e o Agrupamento de Escolas);
- Comemoração do 25 de Abril (tuna da Academia Sénior) e Dia de Portugal;
- Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância (elaboração de laços azuis, em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão);

- Dia da Pizza (confeção e degustação de pizzas);
- Dia do Puzzle (estimulação cognitiva com puzzles);
- Dia da Fotografia (sessão fotográfica);
- Dia Internacional do Idoso (almoço intergeracional);
- Dia do Pão (confeção de pães em forno de lenha);
- Carnaval (baile de mascarados);
- Dia da Mulher (tratamentos estéticos e sessão fotográfica);
- Dia do Pai (ida ao bowling, almoço convívio e oferta de lembranças) e da Mãe (ida ao cinema e oferta de lembranças);
- Magusto (realização do tradicional Magusto);
- Dia do Café (visita à fábrica dos cafés Delta);
- Gravação de vídeos sobre o Natal para a RFM;
- Dia da Árvore (plantar árvores);
- Comemoração dos Santos Populares (participação no Arraial de Santo António com o envolvimento das famílias).

Atividades Lúdicas e Recreativas

- Outras festas comemorativas e temáticas;
- Animação musical (atuação da Sinfonietta de Castelo Branco);
- Atividades de Expressão Plástica;
- Atividades de Expressão e Comunicação;
- Atividades de culinária;
- Atividades de jardinagem;
- Atividades desportivas;
- Vídeo de apoio à Seleção Nacional de Futebol Masculino;
- Atividades Intergeracionais (jogos lúdicos com as crianças da Creche e do ATL);

Atividades Espirituais/ Religiosas:

- Páscoa – entrega de chocolates;
- Comemoração das Aparições de Fátima – visualização via TV das cerimónias Religiosas de Fátima;
- Rezar o Terço;



17

- Cerimónia das Cinzas (4.ª feira de cinzas);
- Missas diversas – celebradas pelo pároco da vila;
- Festa de Natal (encontro de famílias).

Atividades exteriores:

- Praia fluvial da Aldeia Ruiva;
- Pesca recreativa, em barragem;
- Apanha da azeitona;
- Visita às aldeias do concelho;

Intelectual/ Formativa:

- Jogos/atividades de estimulação cognitiva;
- Jogos diversos (tablet, fichas, etc ...)

Atividades Quotidianas:

- Cuidados de imagem;
- Comunicação com as famílias através de videochamada;
- Colaborar em pequenas atividades da vida diária.

Atividades Desportivas:

- Sessões de movimento- potencializar as capacidades físicas (ginástica, dança sénior, caminhadas, percursos psicomotores).

10. DONATIVOS E OUTRAS COLABORAÇÕES

Destacamos o apoio concedido por parceiros da Santa Casa da Misericórdia, ao nível de donativos em espécie e/ou numerário aos quais registamos um profundo agradecimento por nos possibilitarem a aquisição de bens com vista à melhoria das condições dos utentes.

De entre os beneméritos destacamos:

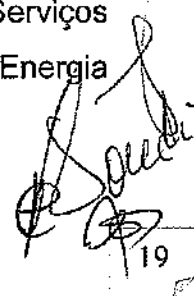
- Bioteck, SA, The Navigator Company, Fernanda Pina Gonçalves, Fisiosertã e a empresa Manuel Rodrigues & Herdeiros;
- Várias entidades colaboraram, por outras formas, com a Instituição, destacando-se a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, as Juntas de Freguesia de Perais, de Vila Velha de Ródão, de Samadas de Ródão e de Fratel, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, a Academia Sénior, o grupo de Voluntários, aos quais a mesa administrativa regista o seu agradecimento.

11. DIVERSOS

- Foram apresentadas/ aprovadas/ desenvolvidas diversas candidaturas fundamentais para a redução dos custos operacionais da instituição e a promoção da transição energética:

✓ ao programa **Mobilidade Verde Social** (Aviso n.º 12/C03-i01/ 2024, de 01 de abril), para apoio à aquisição de viaturas 100% elétricas, adaptadas às necessidades das instituições, dos serviços que prestam e das pessoas beneficiárias, nomeadamente com mobilidade condicionada. O apoio financeiro atribuído pelo programa será de 40.000,00€ (quarenta mil euros), com exclusão do IVA, para a aquisição de uma viatura de passageiros com nove lugares. O investimento numa viatura desta tipologia, irá suprir uma lacuna no parque automóvel da Santa Casa, uma vez que a instituição não dispõe transporte adaptado aos utentes com mobilidade reduzida;

✓ ao **Fundo Ambiental** (Aviso n.º 03/C13-i03/ 2024, de 26 de julho), de apoio à concretização de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (2.º Aviso), cuja candidatura apresentada pela Santa Casa se destina à instalação de uma unidade de produção de eletricidade renovável para autoconsumo, sem armazenamento de energia, integrando os edifícios das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e os Serviços Administrativos, constituindo, assim, a sua própria Comunidade de Energia



19

Renovável. O projeto prevê a instalação de 100 painéis, com a potência por módulo de 460Wp, fixados na cobertura da ERPI “Ernestina Ferreira Pinto”, prevendo-se uma redução global de consumo em 64%. O investimento estimado é de 60.700,00€ (sessenta mil e setecentos euros). A operação tem o início previsto para abril de 2025, devendo estar concluída em fevereiro de 2026;

✓ concluiu-se o projeto “Sol D'Oiro”, apoiado pelo **Programa Energia Solidária 2023** da Fundação EDP, que teve como atividades principais: a instalação de uma central de produção fotovoltaica para o autoconsumo, que entrou em funcionamento em julho de 2024 e que permitiu realizar a identificação e o diagnóstico das famílias desfavorecidas do concelho e a realização de sessões de sensibilização/ formação abertas à população. A Santa Casa implementou o seu Plano de Eficiência Energética e Hídrica através do investimento em dispositivos destinados à redução dos consumos, e da aposta no envolvimento dos colaboradores na promoção de um papel proativo na eficiência energética e hídrica, contribuindo para a redução de consumos;

✓ mantem-se o desenvolvimento do **Programa de Mobilidade Solidária**, da Fundação EDP que promove o acesso a viaturas 100% elétricas, através do cofinanciamento de *renting*, que inclui 15.000km's por ano, pelo prazo de 36 meses (45.000km's) para utilização no Serviço de Apoio Domiciliário. Sallenta-se a visita de uma das interlocutoras da Fundação EDP, que se deslocou à Santa Casa para avaliar o impacto do programa na prestação de serviços mais sustentáveis. O contrato de *renting* iniciou-se a 18 de maio de 2023, sendo que a viatura já tinha percorrido 61.928 quilómetros, em 31 de dezembro de 2024, o que demonstra a utilização intensiva que a mesma tem tido no Serviço de Apoio Domiciliário, o que contribui significativamente para a redução dos custos com a aquisição de combustíveis de origem fóssil e a consequente pegada carbónica da Instituição;

A Santa Casa continua a apostar em projetos de inovação social e de proximidade com a comunidade de que são exemplo:

- ✓ O projeto **“Criar Banco de Equipamentos”** reforçado através da disponibilização de algumas camas articuladas manuais, que transitaram das Estruturas Residenciais, face à sua gradual substituição por camas articuladas elétricas. A possibilidade de cedência deste tipo de equipamentos representa uma importante ajuda às famílias, considerando que é uma das ajudas técnicas de aquisição mais onerosa;

- ✓ O projeto **“Mente D’Agente”**, apoiado pelo **Prémio Fidelidade Comunidade**, teve o seu início em maio de 2024, estando previsto a sua conclusão em maio de 2026. Este destina-se aos seniores que frequentam as respostas sociais da Santa Casa e das suas congéneres (Santas Casa de Castelo Branco, Sobreira Formosa, Proença-a-Nova, Vila de Rei e de Nisa), para os quais serão envolvidos jogos de promoção de competências cognitivas, em colaboração com a Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). A testagem dos jogos será efetuada pelos utentes da Instituição, seguindo-se de um período destinado à utilização dos jogos por utentes das entidades parceiras. O projeto culminará com um evento interinstitucional intitulado “Olimpíadas Cognitivas”. O apoio financeiro, no valor de 91.900,00€ (noventa e um mil e novecentos euros) destina-se ao desenvolvimento dos jogos e à consultadoria do IPCB, para além da aquisição de uma viatura ligeira de passageiros 100% elétrica, adaptada para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida;

- ✓ O projeto **“ESCAPE – Estimulação Sensorial e Cognitiva Aplicada à População Envelhecida”**, apoiado em 31.260,00€ (trinta e um mil, duzentos e sessenta euros) pelo banco **BPI**, **Fundação “La Caixa”**. Durante o ano de 2024 foram efetuadas obras de insonorização da sala de *Snoezelen*, como forma de reduzir o ruído provocado pelas crianças da Creche, para além da necessidade de instalação de um novo pavimento no interior da sala de terapia, bem como do seu apetrechamento com materiais e equipamentos destinados à realização das sessões de estimulação. Para

a melhor execução do projeto, procedeu-se à contratação de uma psicóloga, através de uma candidatura a estágio profissional de acesso à Ordem dos Psicólogos, com funções de realização das consultas de avaliação dos utentes abrangidos pelo projeto. Face ao atraso no início do projeto, este deverá terminar em maio de 2025.

- ✓ Foi celebrado novo Acordo de Cooperação para a Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso, através do aumento de duas vagas comparticipadas. A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas passa assim a contar com 18 vagas comparticipadas, com entrada em vigor no dia 01 de setembro de 2024.
- ✓ Foram igualmente atualizadas as comparticipações dos utentes/ famílias, cuja aplicação se prolongará durante ao longo do 2024 para as diferentes respostas sociais para as diferentes respostas sociais, como medida indispensável na aproximação do preço pago pelos utentes ao custo médio por utente, em vaga não comparticipada.
- ✓ A Mesa Administrativa agradece o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores da Instituição, que oferecem aos utentes e demais beneficiários dos serviços, toda a sua disponibilidade para melhorar a qualidade de vida dos utentes, nos cuidados diários prestados e na colaboração na organização e realização das festas da instituição e participação em eventos.

Antes de terminar o presente documento, a Mesa Administrativa regista o seu pesar por todos os irmãos, benfeitores, amigos e utentes da Santa Casa, falecidos durante o ano 2024.

Vila Velha de Ródão, 14 de março de 2025

A Mesa Administrativa

António Almeida Ferreira R.P.
João Luís Henriques
Dr. João Carlos Dias Ferreira
António Ferreira

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5. Ativos Fixos Tangíveis	18
6. Ativos Intangíveis.....	20
7. Investimentos Financeiros	21
8. Financiamentos Obtidos	22
9. Inventários	22
10. Rédito.....	23
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
12. Apoios do Governo e subsídios ao investimento	24
13. Benefícios dos empregados.....	26
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	28
15. Outras Informações	28
15.1. Irmãos	28
15.2. Clientes e Utentes.....	28
15.3. Outros Ativos Correntes	29
15.4. Diferimentos	29
15.5. Caixa e Depósitos Bancários	30
15.6. Fundos Patrimoniais	30
15.7. Fornecedores	31
15.8. Estado e Outros Entes Públicos	31
15.9. Outros Passivos Correntes	32

15.10. Outros Passivos Financeiros.....	33
15.11. Fornecimentos e serviços externos	33
15.12. Outros rendimentos.....	33
15.13. Outros gastos	33
15.14. Resultados Financeiros	34
15.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	34
15.16. Aplicação de Resultados	34

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

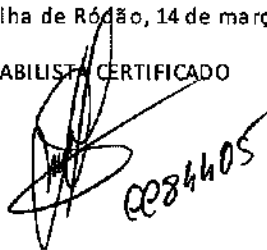
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

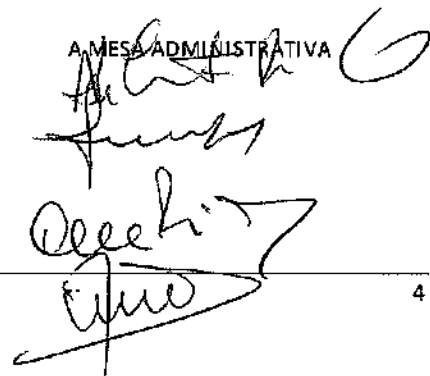
RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2024	31-12-2023
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5		5 118 782,08	2 120 507,25
Outros Créditos e ativos correntes	5			
Ativos intangíveis	6		79,45	1 788,98
Investimentos financeiros	7		18 346,39	18 346,39
Subtotal			5 137 207,92	2 140 642,62
Ativo corrente				
Inventários	9		12 169,52	17 466,99
Créditos a receber	15,2		20 155,94	17 549,12
Estado e outros Entes Públicos	15,8		19 590,98	23 644,81
Fundadores/benemeritos/doadores/associados/membros	15,1		6 668,69	5 170,79
Outros ativos correntes	15,3		8 897,30	32 248,90
Diferimentos	15,4		38 643,29	6 674,73
Caixa e depósitos bancários	15,5		174 674,79	108 088,95
Subtotal			280 800,51	210 844,29
Total do Ativo			5 418 008,43	2 351 486,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos			858 237,48	858 237,48
Reservas	15,6		64 051,31	62 941,78
Resultados transitados	15,6		204 255,83	131 805,37
Excedentes de Reavaliação	15,6		2 997 307,60	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15,6		835 922,23	728 763,04
Resultado Líquido do período			-121 837,41	4 438,11
Total dos fundos patrimoniais			4 837 937,04	1 786 185,78
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	8		7 695,66	27 391,38
Subtotal			7 695,66	27 391,38
Passivo corrente				
Fornecedores	15,7		137 467,50	145 370,29
Estado e outros Entes Públicos	15,8		64 527,48	66 079,84
Financiamentos obtidos	8		7 695,57	13 695,51
Diferimentos	15,4		11 194,06	16 318,81
Outros passivos correntes	15,9		351 491,12	296 445,30
Subtotal			572 375,73	537 909,75
Total do passivo			580 071,39	565 301,13
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			5 418 008,43	2 351 486,91

Vila Velha de Ródão, 14 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO


0084405

A MESA ADMINISTRATIVA


fundo
Dee h
Curo

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

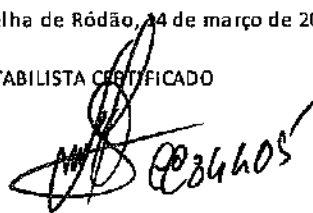
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	2 317 359,45	2 147 997,80
Subsídios, doações e legados à exploração	12	86 113,08	56 587,84
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(105 546,97)	(103 667,71)
Fornecimentos e serviços externos	15,11	(613 344,45)	(605 877,36)
Gastos com o pessoal	15	(1 705 132,68)	(1 472 212,79)
Imparidades de dívidas a receber(perdas/reversões)		2 280,00	2 520,00
Outros rendimentos e ganhos	15,12	83 180,47	90 268,20
Outros gastos e perdas	15,13	(9 812,49)	(1 870,98)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		54 995,41	113 745,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(175 119,79)	(106 007,54)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(120 123,38)	7 737,46
Juros e rendimentos similares obtidos	15,14	9,45	14,91
Juros e gastos similares suportados	15,14	(1 723,48)	(3 314,26)
Resultados antes de impostos		(121 837,41)	4 438,11
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(121 837,41)	4 438,11

Vila Velha de Ródão, 14 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

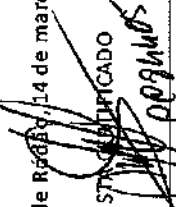



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Total
		Fundos	Reservas	Resultados Transfidos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		858 237,48	56 684,84	112 665,59	695 968,31	25 027,72	1 748 583,94
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							-
Aplicação de Resultados			6 256,94	18 770,78	-	(25 027,72)	-
Correções relativas a períodos anteriores				369,00			369,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					32 794,73		32 794,73
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	6 256,94	19 139,78	32 794,73	(25 027,72)	33 163,73
RESULTADO EXTENSIVO						4 438,11	4 438,11
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						(20 589,61)	37 601,84
Subsídios, doações e legados							
POSICÃO NO FIM DO ANO 2023		858 237,48	62 941,78	131 805,37	728 763,04	4 438,11	1 786 185,78

Vila Velha de Ródão, 14 de março de 2025

O CONTABILISTA RESPONSÁVEL


Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
Rua Santana Nº654
NIF:501 656 227

A MESA ADMINISTRATIVA

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade						Euros	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Excedentes Revalorização	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024		858 237,48	62 941,78	131 805,37	728 763,04	-	4 438,11	1 786 185,78	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de Resultados			1 109,53	3 328,58				-	
Excedentes de reavaliação				69 121,88		2 997 307,60	(4 438,11)	-	
Reavaliação AFT								3 066 429,48	
Correções relativas a períodos anteriores					107 159,19			-	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			1 109,53	72 450,46	107 159,19	2 997 307,60	(4 438,11)	107 159,19	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								3 173 588,67	
RESULTADO EXTENSIVO								(121 837,41)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Subsídios, doações e legados								(126 275,52)	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024		858 237,48	64 051,31	204 255,83	835 922,23	2 997 307,60	(121 837,41)	4 837 937,04	

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		2 301 717,21	2 062 244,05
Recebimento de Apoios		80 538,55	56 587,84
Recebimento de Donativos		23 288,25	14 538,28
Pagamento a fornecedores		(915 018,24)	(758 727,61)
Pagamentos ao pessoal		(1 281 899,41)	(1 146 850,20)
Caixa gerada pelas operações		208 626,36	227 792,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(154 278,37)	(206 395,68)
Outros recebimentos/pagamentos		(154 278,37)	(206 395,68)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		54 347,99	21 396,68
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			(1 844,92)
Ativos fixos tangíveis		(108 608,51)	(82 322,93)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 510,88	34 409,00
Ativos intangíveis			
Subsídios ao investimento		144 745,18	67 740,72
Juros e rendimentos similares		9,45	14,91
Investimentos financeiros			4 741,89
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		39 657,00	22 738,67
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(25 695,67)	(259 331,15)
Juros e gastos similares		(1 723,48)	(3 314,26)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(27 419,15)	(262 645,41)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		66 585,84	(218 510,06)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		108 088,95	326 599,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período		174 674,79	108 088,95

Vila Velha de Ródão, 14 de março de 2025

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 180 de 06/08/1930, Série II, com sede em Vila Velha de Ródão. Tem como atividade o Apoio à terceira idade e aos mais jovens, para que possa prosseguir objetivos. Conta com as seguintes valências:

- Lar I
- Lar II
- Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso (Lar III)
- Centro de Dia de Vila Velha de Ródão
- SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
- Creche
- Componente de apoio à família (CAF)
- Cantina Social

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

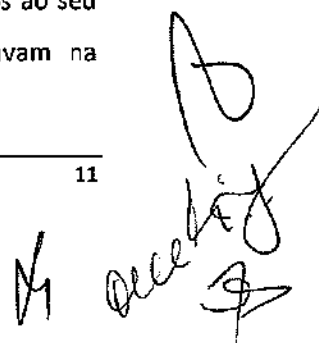
A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Dec-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro

Os custos de manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não tem registados bens do património histórico e cultural.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Dec-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro

3.2.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros que representam participações de capital em entidades em que a Santa Casa da Misericórdia tenha uma influência significativa, ou exerça o controlo nas



decisões financeiras e operacionais” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

As participações noutras entidades são valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

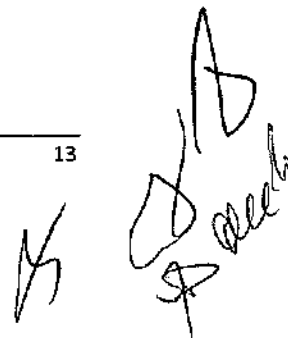
A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

3.2.8. Irmãos:

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Irmãos que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável. Quando se encontrem irmãos com quotas em dívida há mais de 3 anos, estas são desreconhecidas.

3.2.9. Clientes e outras contas a Receber

Os "*Clientes*" e as "*Outras contas a receber*" encontram-se registadas pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.10. Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.11. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.13. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

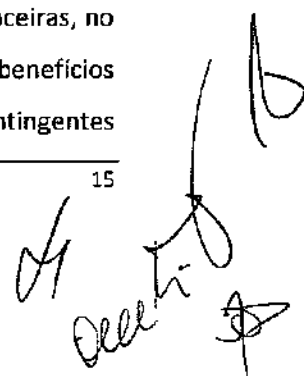
3.2.14. Provisões e Passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes



também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.15. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente dependendo do seu vencimento ocorrer a mais ou a menos de um ano. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.16. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) as IPSS estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

.

3.2.17. Subsídios do governo e apoios do governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidas e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados. Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Com base no Parecer da Comissão de Normalização Contabilística emitido em 2023 referente ao reconhecimento das comparticipações financeiras resultantes de acordo de cooperação celebrados entre as Entidades do setor não lucrativo e o Estado, a política de reconhecimento das verbas recebidas no âmbito destes acordos passou a ser a seguinte:

Se a comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento

da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), esta comparticipação é contabilizada como prestação de serviços. Anteriormente estas comparticipações eram reconhecidas em subsídios à exploração.

Se a comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), a mesma é contabilizada como um subsídio à exploração. Para estes acordos não houve qualquer alteração face à política seguida anteriormente.

3.2.18. Réditos

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da misericórdia. Quando existe prestação de serviços, a mesma é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados

3.2.19. Juízos de valor que a Mesa Administrativa adotou no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento do rédito.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados transitados.

3.2.20. Principais pressupostos em relação ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2.21. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

No período a instituição procedeu à alteração da política de mensuração dos terrenos, edifícios e outras construções afetos às atividades de lar, creche e centro de dia, assim como os edifícios administrativos. Estes ativos deixaram de ser mensurados pelo modelo custo, passando para o modelo de revalorização

Considerando a utilização e o desgaste dos materiais, a vida útil estimada dos edifícios afetos às atividades de lar, centro de dia e creche passou de 50 anos para 40 anos.

5. Ativos Fixos Tangíveis



Outros Ativos Fixos Tangíveis

No período a instituição procedeu à alteração da política de mensuração dos terrenos, edifícios e outras construções afetos às atividades de lar, creche e centro de dia, assim como os edifícios administrativos. Estes ativos deixaram de ser mensurados pelo modelo custo, passando para o modelo de revalorização

Considerando a utilização e o desgaste dos materiais, a vida útil estimada dos edifícios afetos às atividades de lar, centro de dia e creche passou de 50 anos para 40 anos.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Alienados	Transferências		Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	58 254,98	-	(3 029,77)	-	-	55 225,21
Edifícios e outras construções	3 096 369,80	7 569,42	(9 089,32)	309 161,04	-	3 404 010,94
Equipamento básico	626 531,34	24 361,63	-	915,22	-	651 808,19
Equipamento de transporte	249 245,28	37 571,28	(11 198,00)	-	-	275 618,56
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	274 695,45	3 311,28	-	-	-	278 006,73
Outros Ativos fixos tangíveis	74 494,38	-	-	-	-	74 494,38
Investimentos em Curso	300 225,14	9 851,12	-	(310 076,26)	-	-
Total	4 679 816,37	82 664,73	(23 317,09)	-	-	4 739 164,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 404 034,58	75 674,94	-	-	-	1 479 709,52
Equipamento básico	627 127,37	8 171,44	-	-	-	635 298,81
Equipamento de transporte	210 941,80	14 102,72	(11 198,00)	-	-	213 846,52
Equipamento administrativo	217 630,18	655,88	-	-	-	218 286,06
Outros Ativos fixos tangíveis	67 515,45	4 000,40	-	-	-	71 515,85
Total	2 527 249,38	102 605,38	(11 198,00)	-	-	2 618 656,76

31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Doações	Alienados	Transferências	Reavaliações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	55 225,21	376,64	(178,24)		285 900,00	341 323,61
Edifícios e outras construções	3 404 010,94	66 317,97		(1 483,35)	1 737 390,34	5 206 235,90
Equipamento básico	651 808,19	10 619,15				662 427,34
Equipamento de transporte	275 618,56		(11 833,33)			263 785,23
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	278 006,73					278 006,73
Outros Ativos fixos tangíveis	74 494,38					74 494,38
Investimentos em Curso		28 501,39				28 501,39
Total	4 739 164,01	105 815,15	(12 011,57)	(1 483,35)	2 023 290,34	6 854 774,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-		-
Edifícios e outras construções	1 479 709,52	139 182,93		1 099,03	(1 044 238,17)	575 753,31
Equipamento básico	635 298,81	10 703,10		(1 931,61)		644 070,30
Equipamento de transporte	213 846,52	21 160,81	(11 833,33)	(413,70)		222 760,30
Equipamento administrativo	218 286,06	1 103,65		-		219 389,71
Outros Ativos fixos tangíveis	71 515,85	1 259,77		1 243,26		74 018,88
Total	2 618 656,76	173 410,26	(11 833,33)	(3,02)		1 735 992,50

As aquisições e ofertas que mais contribuíram para as diferentes rubricas foram as seguintes:

Edifício e outras construções:

- No ano de 2024 foi realizada uma ação de reavaliação do património Imobiliário da Santa Casa, afeto à atividade operacional, ação essa realizada por um técnico exterior credenciado para o efeito. Os valores dos imóveis após a reavaliação sofreram um aumento de 1.737.390,34 €, tendo também sido atribuído um valor aos lotes de terreno onde estes edifícios estão localizados, que têm o valor de 285.900,00€.
- Investimento em Paineis Solares53.070,73€
- Requalificação Quadro Eletrico5.025,85€
- Cobertura Armazem.....1.707,26€
- Portas Contr-Fogo.....553,50€

Equipamento Básico:

- Os bens mais relevantes adquiridos foram:
- Máquina Lavar Louça no valor de..... 1.845,00€
- Sofás para a sala Snoezelen no valor de3.072,45€
- Grande Reparação Eq Cozinha.....4.454,80€

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os

abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	98 128,19	-	-	-	-	98 128,19
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	98 128,19	-	-	-	-	98 128,19
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	92 937,08	3 402,11	-	-	-	96 339,19
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	92 937,08	3 402,11	-	-	-	96 339,19

31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	98 128,19	-	-	-	-	98 128,19
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	98 128,19	-	-	-	-	98 128,19
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	96 339,19	1 709,55	-	-	-	98 048,74
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Total	96 339,19	1 709,55	-	-	-	98 048,74

7. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 a rubrica “investimentos financeiros” apresentava os seguintes valores:

31 de dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Entregas	Devoluções	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2023
Fundo de Compensação do Trabalho	20 268,06	1 844,92 €	- 4 741,89 €			17 371,09
Fundo Reestruturação do S. Solidário	975,30		-	-	-	975,30
Ativos não coerentes detidos para venda:						-
Total	21 243,36	1 844,92	(4 741,89)	-	-	18 346,39

31 de dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Entregas	Devoluções	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2024
Fundo de Compensação do Trabalho	17 371,09					17 371,09 €
Fundo Reestruturação do S. Solidário	975,30			-	-	975,30 €
Total	18 346,39	-	-	-	-	18 346,39

Handwritten signatures and initials:




No exercício findo a 31 de dezembro de 2024 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão detinha registados na rubrica de investimentos financeiros o valor de 18.346,39€ dos quais 17.371,09€ dizem respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho que foi constituído ao abrigo da Lei70/2013 de 30 de agosto, e 975,30€ Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

8. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024 a rubrica “*financiamentos obtidos*” apresentava os seguintes valores:

Financiamentos obtidos

Descrição	2023			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo Bancário CGD	-	-	-	-	-	-
Empréstimo Bancário Montepio	13 695,51	27 391,38	41 086,89	7 695,66	7 695,57	15 391,23
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	13 695,51	27 391,38	41 086,89	7 695,66	7 695,57	15 391,23

O empréstimo registado nas contas da Instituição a 31 de dezembro de 2024, é referentes a uma linha especial de apoio para fazer face a despesas inerentes à pandemia Covid 19 contraído no Montepio Geral.

O empréstimo contraído junto do Montepio tem uma garantia prestada pela Garval., e a data de 31 de dezembro de 2024, falta amortizar a importância de 15.391,23€.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18 292,82	102 841,88	-	17 466,99	100 349,50	-	12 169,52
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	18 292,82	102 841,88	-	17 466,99	100 349,50	-	12 169,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				103 667,71			105 646,97
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica compras de "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Generos Alimentares.....1.544,37€
- Medicamentos e artigos de saúde.....5.470.08€
- Fraldas.....37.395.71€
- Material de higiene e limpeza.....36.100.37€
- Material de Escritório.....2.096.06 €
- EPI's.....2.920.65€
- Outro material.....14.822,26€

10. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos.

Descrição	2023	2024
Vendas	58,30	220,00
Prestação de Serviços	2 147 939,50	2 317 139,45
Quotas dos utilizadores (Mensalidades)	1 227 157,90	1 257 676,65
Prestação Serviços ISS	865 522,69	1 005 785,74
Quotas e Jóias	5 459,06	5 297,90
Descontos e Abatimentos	114,21	
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	
Outras Prestações de Serviços	49 799,85	48 379,16
Juros	14,91	9,45
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	2 148 012,71	2 317 368,90

Na rubrica de outras prestações de serviços incluem-se a prestação de serviços ao Município de Vila Velha de Ródão (3.857,50€), Fraldas (40.879,82€), Serviços de enfermagem (3.265,61€), Outros serviços e fornecimentos(366,21€).

Em Rédito está incluída a comparticipação da Segurança Social, que em 2024 totalizou 1.005.785,74€.

O número médio de utentes da Entidade em 2024 foi de "199" e em 2023 foi de "196" repartidos da seguinte forma

Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'B' and other marks, likely representing the approval of the financial statements.

VALÊNCIAS	2023	2024
Lar I	63	64
Centro de dia de V. V. Ródão	5	5
Lar II	30	30
Lar III	20	20
Apoio Domiciliário	24	26
Creche	41	46
CAF	6	5
Cantina Social	5	3
Centro de Dia de Perais	2	
TOTAL	196	199

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No ano económico de 2024 não foram constituídas novas provisões

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes

12. Apoios do Governo e subsídios ao investimento

A 31 de Dezembro de 2024 a Entidade reconheceu na demonstração dos resultados os seguintes subsídios à exploração do governo e Outras Entidades

Descrição	2023	2024
Apoio da Segurança Social	127,18	0,00
Adaptar Social +	127,18	
Apoios de outras entidades (governo)	0,00	8 968,62
IEFP		8 968,62
Sub-Total	127,18	8 968,62
Apoio de outras entidades	56 460,66	77 144,46
Junta Freguesia de Vila Velha de Ródão	350,00	
Município de Vila Velha de Rodao	51 167,00	56 580,45
Projeto Fidelidade Comunidade		17 600,35
Fundação EDP	4 943,66	2 963,66
Doações Heranças e Legados	0,00	0,00
TOTAL	56 587,84	86 113,08

Em 31 de dezembro 2024 a Santa Casa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos pelo governo e outras entidades públicas:

Descrição	Ano	Valor Inicial	Valor Líquido 2023	Subsídio Reconhecido Acumulado	Subsídio Reconhecido 2024	Valor Acumulado	Valor Líquido 2024
SEG SOC REM COZINHA	2005	30 000,00 €	18 600,00 €	11 400,00 €	750,00 €	12 150,00 €	17 850,00 €
SEG SOC SERV ADMINISTR	2005	30 000,00 €	18 600,00 €	11 400,00 €	750,00 €	12 150,00 €	17 850,00 €
Sub-total		60 000,00 €	37 200,00 €	22 800,00 €	1 500,00 €	24 300,00 €	35 700,00 €
CMVVR-AMPL COZINHA	2005	29 785,19 €	18 466,89 €	11 318,30 €	744,63 €	12 062,93 €	17 722,26 €
CMVVR-SERV ADMINISTRA	2005	15 213,22 €	9 432,31 €	5 780,91 €	304,26 €	6 085,17 €	9 128,05 €
CMVVR-SERV ADMINISTRA	2006	1 058,23 €	677,35 €	380,88 €	21,16 €	402,04 €	656,19 €
CMVVR-CENTRAL	2024	14 485,13 €			724,26 €	724,26 €	13 760,87 €
CMVVR-INST. ELETRICAS	2024	15 361,45 €			1 280,12 €	1 280,12 €	14 081,33 €
Sub-total		75 903,22 €	28 576,55 €	17 480,09 €	3 074,43 €	20 554,52 €	55 348,70 €
LAR II	2000	15 135,49 €	7 870,45 €	7 265,04 €	378,39 €	7 643,43 €	7 492,06 €
Ampliação Lar I	2014	296 980,14 €	237 584,11 €	59 396,02 €	7 424,50 €	66 820,52 €	230 159,62 €
Sistema AVAC Lar I	2014	28 986,18 €	9 855,30 €	19 130,88 €	1 913,09 €	21 043,97 €	7 942,21 €
Sistema det. Incendios lar I	2014	2 893,20 €	0,00 €	2 893,20 €		2 893,20 €	0,00 €
Arruamento exterior lar I	2014	32 350,00 €	21 674,50 €	10 675,50 €	1 067,55 €	11 743,05 €	20 606,95 €
Posto de transformação	2014	15 275,25 €	7 637,63 €	7 637,62 €	763,76 €	8 401,38 €	6 873,87 €
Central termica-MVVR	2019	24 132,00 €	16 096,05 €	8 035,96 €	1 607,19 €	9 643,15 €	14 488,85 €
AVAC Lar II	2019	47 615,29 €	31 902,24 €	15 713,05 €	3 142,61 €	18 855,66 €	28 759,63 €
AVAC Lar III	2019	34 793,98 €	23 311,97 €	11 482,01 €	2 296,40 €	13 778,41 €	21 015,57 €
Rede terra proteção ERPI	2019	864,75 €	432,37 €	432,39 €	86,48 €	518,87 €	345,88 €
Mobiliário- Fundação La Caixa	2020	8 430,00 €	2 248,00 €	6 182,00 €	1 053,75 €	7 235,75 €	1 194,25 €
Feder Requalificação(em Curso)	2023	171 246,69 €	167 821,76 €	3 424,93 €	4 281,17 €	7 706,10 €	163 540,59 €
Município-Req (Em curso)	2023	20 015,09 €	19 614,78 €	400,30 €	500,38 €	900,68 €	19 114,41 €
Mob Verde - Aq Viatura Elet. SAD	2023	25 000,00 €	23 333,33 €	1 666,67 €	6 250,00 €	7 916,67 €	17 083,33 €
Município Viatura Renault	2022	21 250,00 €	15 052,08 €	6 197,92 €	5 312,50 €	11 510,42 €	9 739,58 €
Fundação LaCaixa	2022	31 260,00 €	25 008,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31 260,00 €
Association Femmes d'Europe	2023	8 000,00 €	7 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	2 000,00 €	6 000,00 €
FUNDAÇÃO EDP	2023	49 447,04 €		0,00 €	2 472,35 €	2 472,35 €	46 974,69 €
FIDEIDADE	2024	65 450,60 €		0,00 €		0,00 €	65 450,60 €
Susídio CMVVR	2023	32 174,71 €	32 174,71 €	0,00 €		0,00 €	32 174,71 €
Sub-Total		931 300,41 €	648 617,28 €	161 533,49 €	39 550,12 €	201 083,61 €	730 216,80 €
TOTAL		1 067 203,63 €	714 393,83 €	201 813,58 €	44 124,55 €	245 938,13 €	821 265,50 €

13. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no exercício findo a 31/12/2024 foi de "103" e em 31/12/2023 foi de "104" repartidos da seguinte forma

VALÊNCIAS	2023	2024
Lar I	53	59
Centro de dia de V. V. Ródão	2	2
Lar II	15	11
Lar III	16	13
Cantina Social	1	1
Apoio Domiciliário	7	7
Creche	9	9
CAF	1	1
Actividades Auxiliares		
TOTAL	104	103

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados

Descrição	2023	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1 139 464,35	1 305 191,02
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		26 718,00
Encargos sobre as Remunerações	254 067,07	293 408,15
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12 148,68	11 967,52
Gastos de Acção Social	-	
Outros Gastos com o Pessoal	66 532,69	67 847,99
Total	1 472 212,79	1 705 132,68

No ano económico findo a 31 de dezembro de 2024, verificou-se um aumento geral nos gastos com pessoal de 232.308,86€, que são decompostos da seguinte forma:

Handwritten signature and initials:
B
Dlecti
★

RUBRICAS	2023	2024	DIFERENÇA
63211- Vencimento Base	916 014,81 €	1 056 386,78 €	140 371,97 €
632201-Subsidio Alimentação	1 666,96 €	3 633,79 €	1 966,83 €
632201-Horas Extraordinárias	4 055,69 €	6 756,06 €	2 700,37 €
632203-Subsidio de Turno	33 253,80 €	57 543,49 €	24 289,69 €
632206-Abono para Falhas	330,48 €	330,48 €	0,00 €
632207-Subsidio de Ferias	83 260,18 €	85 481,33 €	2 221,15 €
632207-Subsidio de Natal	77 356,75 €	81 960,52 €	4 603,77 €
6322901-Retroativos	19 415,41 €	4 648,55 €	-14 766,86 €
6322902-Feriados	4 070,27 €	7 839,03 €	3 768,76 €
6322903-Desloações	0,00 €	363,30 €	363,30 €
6322910-Horas Formação	40,00 €	247,69 €	207,69 €
6351-Segurança Social	253 917,49 €	293 408,15 €	39 490,66 €
6357-Fundo de Gar. Comp. Trabalho	149,58 €		-149,58 €
636-Seguro Acid. Trabalho	12 148,68 €	11 967,52 €	-181,16 €
6381-Indemnizações Despedimento	202,67	26 718,00 €	26 718,00 €
6384- Apoio Medico e Medicamentos		813,70 €	
6385-Vestuario e Calçado	718,86 €	2 108,42 €	1 389,56 €
6386-Formação	440,37 €	698,68 €	258,31 €
6387-Fornecimento de Refeições	62 938,28 €	58 831,07 €	-4 107,21 €
6388-Outros custos com Pessoal	2 232,51 €	4 065,32 €	1 832,81 €
6389-Seguro Saude Trabalhadores		1 330,80 €	1 330,80 €
TOTAL	1 472 212,79 €	1 705 132,68 €	232 308,86 €

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Irmãos

A 31 de Dezembro de 2023 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31.12.2023	31.12.2024
Ativo		
Quotas	5 170,79	6 668,69
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		-
Perdas por imparidade	-	-
Total	5 170,79	6 668,69
Passivo		
Adiantamentos por conta de quotas (1)	25,00	
Total	25,00	-

15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31.12.2023	31.12.2024
Clientes e Utentes c/c	17549,12	20155,94
Utentes	17549,12	20155,94
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	10552,55	8272,55
Utentes	10552,55	8272,55
Total	28101,67	28428,49
Perdas por Imparidade do período	13072,55	10552,55
Variação no Período	-2520,00	-2280,00
Perdas por Imparidade no fim do Período	10552,55	8272,55
Utentes		
Total	17549,12	20155,94

No ano de 2024 não foram constituídas perdas por imparidade. Foi efetuada uma reversão por contrapartida da conta 76 no valor de 2.280,00€, referente ao pagamento de parte de dívida reconhecida em clientes de cobrança duvidosa e para a qual havia sido reconhecida uma perda por imparidade

15.3. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2024
Outros Devedores		
Adiantamento Pag DUC	418,30	418,30
IGFSS	930,00	858,75
Camara Municipal de Vila Velha de Ródão	7 701,04	
Mobilidade Verde	7 500,00	7 500,00
Centro 05-4842 FEDER 000310	8 704,16	8 704,16
Cauções Prestadas-António Lopes Vilela	500,00	500,00
Taxas Moderadoras	177,97	196,91
IEFP		7 919,54
La Caixa		6 252,00
Consultas		70,00
Acréscimos de Rendimentos	3 781,51	3 781,51
Fornecedores Saldos Devedores	2 335,92	2 442,12
Adiantamentos ao Pessoal	200,00	
Total	32 248,90	38 643,29

15.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Handwritten signatures and initials:
A
e
ocelli
S

Descrição	31-12-2023	31-12-2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	6 674,73	8 897,30
...	-	-
Total	6 674,73	8 897,30
Rendimentos a reconhecer		
Outras Receitas com proveitos diferidos		
Comparticipação Seg Social	16 318,81	
IEFP		2 345,01
Proj Fidelidade Comunidade		8 849,05
Total	16 318,81	11 194,06

15.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2023	31-12-2024
Caixa	88,53	388,13
Depósitos à ordem	108 000,42	134 286,66
Depósitos a prazo		40 000,00
Outros	-	-
Total	108 088,95	174 674,79

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

15.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dex-2023
Fundos	858 237,48	-	-	858 237,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	56 684,85	6 256,93		62 941,78
Resultados transitados	112 665,59	19 139,78		131 805,37
Excedentes de Ravalorização	-			-
Resultado líquido do exercício	25 027,72	4 438,11	(25 027,72)	4 438,11
Outras variações nos fundos patrimoniais	695 968,31	67 741,00	(34 946,27)	728 763,04
Total	1 748 583,95	97 575,82	(59 973,99)	1 786 185,78

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	858 237,48	-	-	858 237,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	62 941,78	1 109,53		64 051,31
Resultados transitados	131 805,37	72 450,46		204 255,83
Excedentes de revalorização		3 066 429,48	(69 121,88)	2 997 307,60
Resultado líquido do exercício	4 438,11		(126 275,52)	(121 837,41)
Outras variações nos fundos patrimoniais	728 763,04	151 283,74	(44 124,55)	835 922,23
Total	1 786 185,78	3 291 273,21	(239 521,95)	4 837 937,04

Detalham-se a seguir as variações ocorridas nos fundos patrimoniais no ano de 2024:

Reservas:

- Aplicação dos resultados líquidos de 2023.....1.109,53€

Resultados transitados:

- Aplicação do resultado líquido de 2023.....3.328,58€
- Resultado líquido do exercício:
- Aplicação dos resultados líquidos de 2023.....-4.438.11€
- Resultado líquido referente ao ano de 2024.....-121.837,41€

Outras variações nos fundos patrimoniais:

- Reconhecimento de Subsídios ao Investimento e doações.....151.283,74€
- Subsídios ao investimento imputados a resultados do período.....-44.124,55€
- Excedentes de Revalorização em 01 de janeiro de 2024:
 - Revalorização dos terrenos edifícios de lar, creche, capela velaturas, centros de dia e serviços administrativos.....3.066.429,48€
 - Realização de excedente 2024 (transferidos para RT).....69.121,88€

15.7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024 o saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31.12.2023	31.12.2024
Fornecedores c/c	145 370,29	137 467,50
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	145 370,29	137 467,50

15.8. Estado e Outros Entes Públicos

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	23 644,81	19 590,98
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	23 644,81	19 590,98
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	65,10	392,51
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8 825,00	5 619,25
Segurança Social	56 719,69	58 045,67
Outros Impostos e Taxas	470,05	470,05
Total	66 079,84	64 527,48

A santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não tem dívidas ao estado em situação de mora.

15.9. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024 A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

	31.12.2023	31.12.2024
	Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	4 223,71	817,62
Credores por acréscimos de gastos	206 102,39	252 819,80
Diferimento de férias sub férias e encargos	193 745,90	248 687,00
Acrescimos FSE's	12 356,49	4 132,80
Outros credores	86 119,20	97 828,70
Descontos judiciais a entregar\ contencioso	2 317,33	2 559,64
Adiantamento por conta de combustíveis	359,92	
Sindicatos	123,90	103,96
Adiantamento por conta de medicamentos	4 491,24	5 153,38
Adiantamento por conta de ambulancia	982,15	1 227,89
Multas		2 806,00
Cauções de utentes	76 695,93	82 571,03
Irmãos com adiantamento de quotas		
Adiantamentos por conta de consultas médicas	10,00	
Contencioso	300,00	300,00
Outros descontos autorizados	40,00	401,24
Saldos Credores Irmãos	25,00	
Saldo Credores Utentes	773,73	2 705,56
Total	296 445,30	351 466,12



15.10. Outros Passivos Financeiros

Não existiam “*Outros passivos financeiros*” em 31 de dezembro de 2024.

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2023	2024
Subcontratos	322 945,18	347 674,93
Serviços especializados	92 062,57	112 241,26
Materiais	16 422,09	23 101,61
Energia e fluidos	148 342,44	102 636,41
Deslocações, estadas e transportes	772,08	493,24
Serviços diversos (*)	25 333,00	27 196,60
Comunicação	3 478,50	3 231,94
Seguros	8 817,34	9 455,98
Outros Serviços	13 037,16	14 508,68
Total	605 877,36	613 344,05

15.12. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2024
Rendimentos Suplementares	1 150,00	350,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 644,56	1 561,92
Alienações de AFT	22 289,90	3 510,88
Ganhos em Inventários	5 812,18	
Indemnizações Sinistros		8 050,97
Sub investimento/doações/Heranças	34 946,27	44 124,55
Consignação IRS	4 068,47	2 605,67
Donativos Dinheiro/Especie	16 365,13	18 010,91
Animação		536,33
Outros rendimentos e ganhos	3 991,69	4 429,24
Total	90 268,20	83 180,47

15.13. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2024
Taxas/Impostos	133,50	850,05
Multas		4 831,00
Correções desfavoráveis perdidos anteriores	655,00	469,94
Quotizações	820,00	770,00
Juros de Mora		1 268,30
Outros Gastos e Perdas	262,48	1 623,20
Total	1 870,98	9 812,49

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 314,26	1 723,48
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	3 314,26	1 723,48
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	14,91	9,45
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	14,91	9,45
Resultados financeiros	(3 299,35)	(1 714,03)

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

15.16. Aplicação de Resultados

A mesa administrativa propõe que o resultado líquido negativo no valor de 121.837,41€ apurado no exercício findo a 31 de Dezembro de 2024, seja transferidos para Resultados Transitados.

Vila Velha de Ródão, 14 de março de 2025

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
Rua Santana Nº654
NIF:501 656 227



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em cumprimento do legalmente disposto e no desempenho das funções que lhe estão estatutariamente atribuídas, conforme al. a) do n.º 1 do artigo 31.º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre os documentos que integram a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2024: Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras, subscritos pela Mesa Administrativa.

Os documentos que compõem a Prestação de Contas foram elaborados em concordância com o quadro legal instituído para o Sistema de Normalização Contabilística do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), com o objetivo de apresentarem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade, tendo este órgão acompanhado a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, na medida do possível, estabelecendo os contactos que entendeu necessários e possíveis, para analisar o sistema contabilístico implementado e verificar as políticas adotadas pela Instituição.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Da análise dos documentos apresentados, nomeadamente o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024, que incluem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, reportados a 31 de dezembro de 2024 e respetivos anexos, entendeu o Conselho Fiscal salientar os seguintes aspectos:

A) ENQUADRAMENTO

1. Importa realçar o facto da versão final das Demonstrações Financeiras, que integram a Prestação de Contas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão para o ano de 2024, terem sido entregues com algum atraso, o que dificultou uma análise técnica mais

1



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

rigorosa dos factos patrimoniais ocorridos durante o exercício em causa e nos termos das normas aplicáveis.

2. A conjuntura macroeconómica ocorrida em 2024, de grande instabilidade a nível económico, social e geopolítico, quer a nível mundial quer a nível nacional, com consequências ao nível da escassez de recursos e da volatilidade dos preços, refletiu-se inevitavelmente e em particular neste tipo de instituições que já se encontravam numa situação de fragilizada, conduzindo à necessidade constante de adaptação à nova realidade obrigando a instituição a uma reengenharia financeira de contenção de gastos e a gestão cada vez mais rigorosa, equilibrada e sustentada dos recursos disponíveis.

B) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Da análise da Demonstração de Resultados por Natureza verifica-se o apuramento de um resultado líquido do exercício negativo de **121.837,41€**, consequência dos gastos de depreciação e amortização, no valor de 175.119,79€, reflexo da revalorização do património, tendo-se verificado um resultado antes de depreciações e gastos financeiros de 54.996,41€. Assim obteve-se um resultado operacional negativo de **120.123,38€** e um resultado financeiro negativo de **1.714,03€**. Os Gastos Operacionais sofreram um acréscimo, face à execução do ano anterior, em cerca de 319 mil euros (13,95%). O maior acréscimo em valor verificou-se na rubrica Gasto com Pessoal, rubrica que representa o maior peso na estrutura desta natureza de gastos (65,35%) e que sofreu um acréscimo em cerca de 233mil euros, atingindo assim, em 2024, o valor de 1.705 mil euros. Conforme referido os gastos/reversões de depreciações e de amortizações sofreu um acréscimo de 69 mil euros (65,20%), passando a apresentar o valor de 175 mil euros. Os outros gastos e perdas e os fornecimentos e serviços externos, com pesos distintos na estrutura de gastos, sofreram acréscimos em cerca de 8 mil euros e 7 mil euros respetivamente, passando estas rubricas a apresentar o valor de 10 mil euros e 613 mil euros, sendo esta a segunda com maior peso na estrutura dos custos operacionais, com um peso de 23,51%. Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas sofreram um ligeiro acréscimo face ao ano transato, em cerca de 2 mil euros (1,91%), registando o valor de 106 mil euros. Os gastos e



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

perdas financeiros sofreram um decréscimo face ao ano transato (48%), passando a apresentar o valor de 2 mil euros.

As vendas e serviços prestados, rubrica com maior peso na estrutura de rendimentos (93,11%), sofreu um significativo acréscimo em cerca de 169 mil euros (7,88%), atingindo esta conta, em 2024, o valor de 2.317 mil euros. Igualmente a rubrica subsídios, doações e legados à exploração, com um peso de 3,46% na estrutura dos rendimentos, sofreu um acréscimo, face ao ano transato, em cerca de 30 mil euros (52,18%), registando o valor de 86 mil euros. Contrariamente os outros rendimentos e ganhos sofreram um decréscimo face ao ano anterior, em cerca de 7 mil euros (-7,85%), passando a registar o valor de 83 mil euros. As restantes rubricas não tiveram expressão na estrutura dos rendimentos.

C) BALANÇO

Da análise do Balanço regista-se o acréscimo do Ativo em relação ao ano transato de 3. 67 mil euros (130,41%), atingindo assim o Ativo o valor de **5.418.008,43€**, reflexo da alteração da política de mensuração dos terrenos, edifícios e outras construções afetos as atividades de lar, creche e centros de dia, assim como edifícios administrativos que passaram a ser mensurados pelo modelo da revalorização (nota 4 do anexo às demonstrações financeiras). Desta forma o Ativo não corrente, sofreu um significativo acréscimo, face a 2023, no valor de 2.997 mil euros (139,98%), tendo atingido o valor de 5.137 mil euros (94,82%). O Ativo corrente, com um peso de 5,18% no total do ativo, registou também um acréscimo em cerca de 70 mil euros, passando a apresentar o valor de 281 mil euros, em virtude da rubrica mais significativa nesta estrutura do ativo, a caixa e depósitos à ordem terem sofrido um acréscimo de valor em cerca de 67 mil euros (61,60%), passando a apresentar o valor de 175 mil euros.

Os Fundos Patrimoniais registaram um acréscimo significativo, face a 2023, de 3.052 mil euros (170,85%), passando a apresentar um valor de 4.837.937,04€, por via da revalorização já mencionada aos ativos não correntes. Os Passivos não correntes sofreram um decréscimo em relação ao ano transato (-71,9%), passando a registar o valor de 8 mil euros, reflexo da amortização do financiamento bancário enquanto o Passivo corrente sofreu um acréscimo face ao anterior de 34 mil euros (6,41%), passando a registar o valor de 572 mil euros, por via do acréscimo registado nas outras contas a pagar que registou um



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

acréscimo, face a 2023, de 55 mil euros (18,57%) apresentando assim o valor de 351 mil euros.

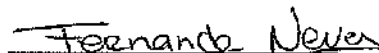
Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos do anteriormente exposto, concluímos que:

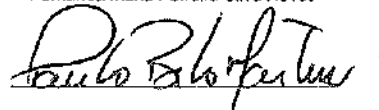
- A) Os documentos que integram a Prestação de Contas para o ano de 2024- Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras, encontram-se, de um modo geral, elaborados de acordo com o quadro legal aplicável à Instituições Particulares de Solidariedade Social, respeitando os princípios contabilísticos básicos e as normas geralmente aceites e traduzem a situação económica e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha de Ródão;
- B) O Conselho Fiscal, confirma o resultado líquido negativo do exercício apresentado na sua demonstração de resultados, no valor de **121.837,71€** e concorda com a transferência de resultados líquidos apurados no exercício de 2024 para resultados transitados, proposta no ponto 15.16 do Anexo às Demonstrações Financeiras;
- C) Face ao exposto, entendeu este Conselho Fiscal que os documentos apresentados reúnem as condições necessárias para a apreciação, obtendo por parte do mesmo o seu **Parecer Favorável**.

Vila Velha de Ródão, 26 de março de 2025

O Conselho Fiscal



Fernanda Maria Ferreira Silva Neves



Paulo Belo Martins



Maria José Sobreira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 5.418.008,43 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.837.937,04 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 121.837,41 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Ativos Fixos Tangíveis” ascendia a 5.118.782,08 euros e 2.120.507,25 euros, respetivamente. Naquelas datas regista-se uma divergência não reconciliada entre a contabilidade e o mapa de imobilizado de cerca de 272 mil euros em 2023, a qual aumentou em 2024 para cerca de 737 mil euros. Em 2024, no decurso do nosso exame, não obtivemos evidência suficiente e apropriada que nos permita avaliar com razoabilidade o valor do ativo fixo tangível, das depreciações acumuladas e das depreciações do exercício, pelo que não nos é possível concluir quanto aos eventuais ajustamentos que se poderiam revelar necessários em 31 de dezembro de 2024.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos

independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido nas notas 3, 4,5 e 15.6 do anexo, em 2024 a Entidade procedeu à alteração da política de valorização subsequente dos ativos fixos tangíveis terrenos e edifícios afetos às atividades de lar, centro de dia e creche, assim como do edifício administrativo, passando a adotar o modelo de revalorização para estes ativos. Os edifícios foram reavaliados, de acordo com o seu valor de mercado em 4.553.750,25 euros, originando o excedente de revalorização de 3.066.429,48 euros, reconhecido na rubrica “Fundos Patrimoniais”.

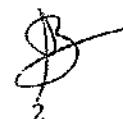
A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

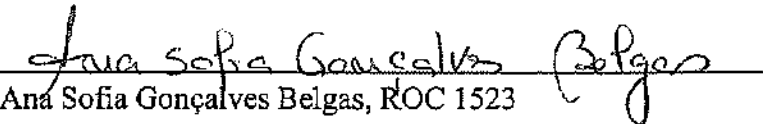
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Vila Velha de Ródão , 28 de março de 2025


Ana Sofia Gonçalves Belgas, ROC 1523

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161133